

## **XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã**

**Tema central:**

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes  
colaborativas no contexto da pandemia**

**22 a 24 de junho de 2021, online**

**Iniciativa e Realização**

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,  
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**  
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**  
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

### **Midiatravismo: a produção de comunicação contra-hegemônica por travestis e mulheres transexuais<sup>1</sup>**

Reginaldo Moreira

Universidade Estadual de Londrina - UEL

#### **RESUMO**

Este artigo apresenta o conceito do Midiatravismo como resultado dos processos de protagonismo e produção de podcasts contra-hegemônicos, realizados por travestis e mulheres transexuais, participantes do Coletivo ElityTrans, na cidade de Londrina/PR, a partir dos pressupostos da comunicação popular, comunitária, participativa e democrática. Contrário às lógicas capitalísticas das mídias mercadológicas, os programas de webradio tiveram o objetivo de construir disrupturas discursivas, subvertendo as lógicas dos corpos matáveis, para a produção de corpos potentes e por vidas vivíveis. A proposta metodológica da pesquisa foi a Cartografia Sentimental, que permeou os processos vivenciais. A comunicação cidadã é apresentada como direito, ressaltando seu caráter emancipador às populações historicamente subalternizadas, como as travestis e mulheres trans.

#### **Palavras-chave**

Midiatravismo; Comunicação Popular e Comunitária; Travestis; Transexuais; Podcasts.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 2 (**Culturas Populares, Identidades e Cidadania - CBCC**) da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

O artigo reflete os processos de produção de treze podcasts produzidos por travestis e mulheres transexuais, do Coletivo ElityTrans<sup>2</sup>, da cidade de Londrina, localizada no norte do Estado do Paraná, durante os anos de 2017 e 2018, em que o golpe à democracia no país estava em curso e as populações LGBTIA+ encontravam-se, mais que nunca, vulnerabilizadas, por ameaças de retrocesso e direitos conquistados, além de grande perseguição relacionada à ideia de ideologia de gênero, escola sem partido e a proibição do ensino de gênero, além da necropolítica em curso, que nunca deixou de ameaçar e executar os corpos das minorias sexuais, principalmente os corpos das travestis e mulheres transexuais, que ainda possuem uma expectativa de vida na casa dos 35 anos de idade.

A partir destes dados alarmantes, as T<sup>3</sup> participantes do Coletivo ElityTrans desenvolveram um processo de produção de comunicação de programas de webradio, com o intuito de estabelecer um canal de comunicação de travestis para travestis, criando novas narrativas e discursos em que pudessem falar por suas próprias bocas, sem interferências dos editores da mídia hegemônica, que via de regra, as estigmatiza e contribui para que sejam notícia somente nas páginas policiais, carregadas de estigmas, na maioria das vezes, sem terem o direito ao nome social e ao artigo feminino nos modos de tratamento, ao se referirem às duas identidades, direitos pelos quais as T lutam a vida inteira.

O Brasil é o país que mais mata a população T no mundo, geralmente por crimes de ódio, de violências explícitas, de transfobia. O país acumula o ranking de ser o que mais mata a população LGBTIA+, geralmente com crimes de intolerância, fúria e LGBTIA+fobia. O Brasil é o país que mais assassina ativistas sociais, que se colocam na luta pelos direitos humanos e direitos dos seres do meio ambiente, para além dos humanos. É um dos países que mais mata mulheres, por crimes de feminicídio, além de ser o país que mais mata negros periféricos, geralmente crianças e jovens. Em todos esses crimes acumulados pelo país, as identidades sexuais são interseccionadas por questões raciais e de classe. Cerca de setenta por cento dos assassinatos são cometidos contra pessoas negras.

Os corpos das travestis e mulheres transexuais são considerados dissidentes, abjetos e corpos que não importam, que não tem valor, não tem direito à vida em sua plenitude, à uma vida dignamente vivível. Esses corpos são incessantemente violentados e classificados como inumanos, monstruosos. São corpos não contemplados por políticas públicas. Corpos que tem seus acessos e

---

<sup>2</sup> O ElityTrans é um coletivo fundado em 06 de abril 2012, formado por travestis e mulheres transexuais com o desejo de abordar e trabalhar questões sobre saúde, direitos humanos, voltados à diversidade sexual e gênero, promover a visibilidade dos problemas enfrentados como a exclusão social, discriminação e as várias formas de violências.

<sup>2</sup> Utilizarei a letra T para me referir à população de travestis e mulheres transexuais. na cidade de Londrina a invisibilidade dos problemas enfrentados pela diversidade sexual, como a exclusão social, discriminação e as várias formas de violências.

<sup>3</sup> Utilizarei a letra T para me referir à população de travestis e mulheres transexuais.

direitos negados, como a saúde integral, que possibilite condições cidadãs na educação, trabalho, moradia, vida afetiva, participações sociais das mais diversas ordens. Todas as classificações, disciplinarizações e negações impostos a estes corpos, resultam numa morte social em vida, e, na maioria das vezes, acabam por exterminá-las fisicamente, por meio de assassinatos transfóbicos, brutais e punitivos. Segundo Butler,

Há alguma maneira de vincular a questão da materialidade do corpo à performatividade de gênero? Como a categoria “sexo” figura no interior dessa relação? Consideremos primeiramente que a diferença sexual é muitas vezes invocada como uma questão de diferenças materiais. Entretanto, a diferença sexual é sempre uma função de diferenças materiais que são, de alguma forma, marcadas e formadas por práticas discursivas. Ao mesmo tempo, alegar que diferenças sexuais são indissociáveis das demarcações discursivas não é o mesmo que afirmar que o discurso produz a diferença sexual. A categoria “sexo” é, desde o início, normativa; é o que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. Assim, “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se realiza (ou fracassa em se realizar) por meio de certas práticas altamente reguladas. (BUTLER, 2020, p. 15/16)

Toda essa engrenagem normalizadora, normatizadora, disciplinadora, reguladora e classificatória, categoriza os corpos das travestis e mulheres transexuais como dissidentes, estigmatizando suas vidas como existências de menor valor, pelo motivo de buscarem suas identidades sexuais e de gênero, insubordinadas à ordem estabelecida dos enquadramentos e expectativas regulatórias cisheteronormativas<sup>4</sup>, que visam dominar e controlar os corpos, encaixotá-los em padrões rígidos, segundo critérios de um imperativo heterossexual. Os corpos que ousam romper os processos de assujeitamentos em curso e vivenciar suas sexualidades livre das amarras normativas, com suas existências plenas de raça, gênero e classe, são punidos violentamente, condenados na maioria das vezes, a pagar com suas próprias vidas.

A proposta de comunicação estabelecida na produção dos podcasts teve o intuito de possibilitar que as travestis e as mulheres trans assumissem seus lugares de fala e proclamassem suas estéticas de viver, a partir de linguagens próprias, como o Pajubá<sup>5</sup>, revelando a importância de seus corpos para a construção de uma sociedade mais diversa, mais digna, democrática, igualitária, equânime e cidadã.

---

<sup>4</sup> Junção dos conceitos cisgeneridade, heterossexualidade e normatividade, a partir de lógicas do imperativo heterossexual binário, tomado como normativo.

<sup>5</sup> Dialeto utilizado por travestis e mulheres transexuais, que acabou sendo apropriado pela comunidade LGBTIA+, que tem origem nagô e iorubá. Essa apropriação linguística teve origem nos terreiros de candomblé e se espalhou pelas ruas, com intuito inicial de criarem uma linguagem que as protegesse da polícia, por meio de códigos não facilmente inteligíveis.

## Os processos discursivos históricos de invisibilização da população T

A representação dos LGBTIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais e outros mais) por meio de documentos, registros históricos, policiais, medicinais e midiáticos, sempre foram envoltos de discursos excludentes e calcados em origens preconceituosas e discriminativas, calcados e processos de repetições discursivas sobre sexo e gênero, na lógica cisheteronormativa.

As denominações são modos de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma (Butler, 2020). Os corpos que fogem aos padrões do imperativo heterossexual, tem sua própria humanidade questionada, classificada, punida e vigiada.

(...) a construção do gênero opera apelando para meios de *exclusão*, de forma tal que o humano não só é produzido sobre e contra o inumano, mas por meio de um conjunto de forclusões, supressões radicais às quais à nega, estritamente falando, a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os seres humanos são construções, pois a construção do humano também é uma operação diferencial que produz o mais ou menos “humano”, o inumano, o humanamente inconcebível. Esses locais excluídos, ao se transformarem em seu exterior constitutivo, chegam a limitar o “humano” e a assombrar tais limites, por representarem a possibilidade persistente de sua irrupção e de sua rearticulação. (BUTLER, 2020, p. 26)

A classificação como corpos inumanos ou humanamente inconcebíveis, tem sido calcada contra os corpos das travestis e mulheres transexuais, e nem nome disso as representações na mídia, as estigmatizações, as exclusões, as negações e o extermínios cruéis e precoces, sem culpa, e na grande maioria, sem comoções sociais, sem direito a luto, ao nome social nas lapides, sem registros devidos nos boletins de ocorrência, sem apurações e punições aos assassinos. O descaso é tanto, que faz parecer normal que em pleno ano de 2021 seja natural que esta população viva somente 35 anos. A normalização destas mortes é evidenciada pela cobertura midiática desastrosa e excludente, como também as invisibilizações praticadas. Os discursos repetidamente repetidos e atualizados de exclusão e abjeção contra esses corpos que escapam às lógicas binárias capitalísticas e neoliberais, que não respondem à reprodutividade humana, dentro dos encaixotamentos cisheteronormativos, ameaçam o próprio sistema estrutural do poder e do controle dos corpos.

(...)Esta marcação terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois só pode construir diante o apagamento; ela só pode delimitar algo pela imposição de determinado critério, um princípio de seletividade.

O que vai e o que não vai ser incluído no interior das fronteiras do “sexo” será definido por uma operação mais ou menos tácita de exclusão. Se colocarmos em questão o caráter fixo da lei estruturalista que divide e limita os “sexos” em virtude de sua diferenciação binária dentro da matriz heterossexual, faremos isso à partir de regiões exteriores àquelas fronteiras (não de uma “posição”, mas das possibilidades discursivas abertas pelo exterior constitutivo das posições hegemônicas), o que constituirá o retorno disruptivo dos excluídos de dentro da própria lógica simbólica heterossexual. (BUTLER, 2020, p. 33)

No Brasil, A população LGBTIA+ consta nos autos de processos policiais, nos primeiros registros históricos. Ali, eram enquadrados como criminosos. Concomitantemente, a medicina se utilizava de métodos imprecisos e experimentações questionáveis, na tentativa de enquadrar como doentes essa população. Tardamente, no ano 1990, a homossexualidade deixou de ser considerada doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e, somente em 2018, foi realocado do capítulo de “transtornos mentais de identidade de gênero” para “condições relativas à saúde mental”. Já a transexualidade, somente em 2019 foi retirada da classificação como transtorno mental, da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual”, porém ainda foi classificada como “incongruência de gênero”.

Essas representações históricas do aparato jurídico-policial e medicinal, mostram os processos de invisibilização da população das travestis e mulheres transexuais, em que era classificados como homossexuais masculinos afeminados. Esses registros são constituídos por estigmatizações múltiplas, com intuito de os criminalizar, classificando-os como doentes, perigosos, vidas que valiam menos ou nada valiam.

Vale destacar que as experimentações brasileiras da medicina e as intervenções jurídico-policiais somente se deram junto à população empobrecida. Os LBGT ricos eram poupados e protegidos dos deploráveis métodos empregados. Os LGBTQIA+ sempre foram e continuam a ser representados de forma estigmatizada pela imprensa capitalística, mercantilista, elitizada. Os olhares verticais sobre essa população corroboram para perpetuação de preconceitos e discriminações.

Como não é difícil de imaginar, a maioria das fontes acerca dos homossexuais masculinos não foi produzida por eles próprios. Com efeito, levando-se em conta os inúmeros preconceitos e perseguições sofridos pelas minorias sexuais, foram raríssimos aqueles que ousaram deixar testemunhos de próprio punho acerca de sua condição, pelo menos até os anos 1960. (GREEN & POLITO, 2006, p. 17)

Somente no final dos anos 70 é que começam a surgir poucas iniciativas de colunas na grande imprensa e parques boletins gays. Foi com a fundação do jornal *Lampião de Esquina*, em 1978, logo após o AI-5 (Ato Institucional no. 5), durante a ditadura militar, que um grupo de homossexuais conseguiu consolidar um periódico mensal, que trazia pontos de vista da população homossexual, tendo como público-alvo também os homossexuais. Ainda assim, não encontramos entre seus editores, a participação de travestis e mulheres transexuais. Apesar de ser uma conquista no campo da comunicação, tanto de representação, quanto de representatividade, mais uma vez as T foram excluídas. Além disso, quando se tornavam pauta desse mesmo jornal, muitas vezes eram tratadas no masculino e com uma linguagem estigmatizada, que pouco se diferenciava de outras mídias.

## **Os podcasts como disrupturas de narrativas**

A produção dos podcasts pelas travestis e mulheres transexuais tiveram como objetivo tensionar e promover disrupturas discursivas necessárias, que possibilitassem construções de outros mundos, em que as T de Londrina pudessem ser representadas por elas mesmas, e que as produções revelassem sua importância na construção da cidade, denunciasses as violências necropolíticas em curso, sem perder o humor sarcástico característico e inteligente desta resistente população.

A cidade de Londrina foi fundada há 86 anos. Os modelos colonizadores, herdados da invasão/colonização do país, aqui também apresentaram as marcas cisheteronormativas, brancas, elitistas, eurocentradas, cristãs e capitalísticas, fundadas, fundamentalmente, nas premissas do agronegócio. O nome da cidade significa “pequena Londres”, o que denota os significantes colonizadores por si. Apesar de ostentar o orgulho pelos pioneiros desta colonização, as narrativas oficiais valoram certas populações abastadas e invisibiliza as vulnerabilizadas, como a de negros, indígenas, pobres e a população LBGTTIA+, além de outras minorias. Os podcasts construídos por estas novas protagonistas tiveram o intuito de contribuir com reflexões sobre gênero, numa interseccionalidade com classe, raça e etnia.

A fusão política, ética, queer e decolonial encontrou algumas possibilidades nos modos de fazer da comunicação popular e comunitária. Desta forma, a produção de comunicação aqui apresentada é muito mais que um simples ferramental, mas uma forma de organização e potencialização do próprio movimento social da população T, por meio da produção de mídias, que possam criar novas discursividades disruptivas, uma vez que as narrativas são criadas por quem as vivencia na própria pele, na própria história.

### **A Cartografia Sentimental como proposta metodológica pelo sensível**

A proposta metodológica transversaliza toda experiência de produção dos podcasts, que tem o encontro como principal dispositivo de validação de verdades, a partir dos afetos que são vivenciados na própria pele. O encontro que se deu entre as travestis e mulheres transexuais, participantes do Coletivo ElityTrans, dos estudantes, professores e colaboradores externos do Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL) denominado “Plataformas Digitais: a produção comunitária de novas narrativas alternativas ao discurso hegemônico, como dispositivo de produção de novos sentidos”, integrante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e Educação em Saúde. Encontros também com os profissionais da Webradio Alma Londrina, outros parceiros e parceiras do projeto. Além destes, outros se deram com as fontes convidadas para as gravações, públicos das palestras realizadas, apresentação de trabalhos em congressos, além de outros estudantes que vieram a desenvolver pesquisas acadêmicas sobre o trabalho. Essa somatória de encontros foi transversalizada metodologicamente pela proposta da Cartografia Sentimental, de Suely Rolnik (2007), que se inspira na Cartografia desenvolvida por Deleuze e Guattari (2005).

Os podcasts são resultado dos processos rizomáticos das afetações e os agenciamentos das travestis e mulheres trans, revelando os eixos norteadores de sentido, as territorializações e desterritorializações, as paisagens psicossociais dos percursos, as conexões, por meio de platôs existenciais. Os depoimentos das cartografadas revelaram pontos de vista singulares e plurais, das que produziram os podcasts, de forma participativa, democrática, populares e comunitários, revelando suas subjetividades e contribuições.

A proposta metodológica possibilita a validação das subjetividades como verdades científicas, a partir dos afetos, dos corpos vibráteis, que produzem sentidos a partir do experimentar na própria vida. Essa proposta não pressupõe hipóteses a priori, nem objetos, nem início ou fim. O que a norteou foram os processos, as vivências em ato, num percurso, que implica na produção de novos sentidos, eixos e conexões tanto na vida de todas as pessoas envolvidas. “O microfone aqui mudou de mão, está em nossas mãos agora. Cansamos de ser tratadas como ratinhos da academia”, declarou Mel Campus, uma das protagonistas do midiatravismo, no evento de lançamento dos podcasts. Nestes processos, a construção dos saberes são também militantes.

Neste processo, o conhecer demandado será um conhecer militante, um saber que não pode deixar de ser singular, ou quase particular, que faça sentido para quem está no processo sob análise, e que poderá fazer sentido para os outros que compõem o cenário protagônico em interrogação. (MERHY, 2004, p. 13)

Esta proposta metodológica não se propõe isenta, imparcial e distante, como se esse falso rigor a fortalecesse ou que a verdade científica estivesse atrelada a distanciamentos de um pesquisador observador não implicado. Para esta pesquisa, a inserção do pesquisador in-mundo é que valida as verdades dos corpos, tanto das pesquisadas, quanto do meu próprio, numa proposta contra-hegemônica de produção do saber, que para este pesquisador é um caminho possível para tornar a ciência, de fato, potente e livre de academicismos, que se baseiam tão somente em conceitos representação, enquanto que a proposta cartográfica busca os conceitos vivência, sendo o pesquisador também um cartógrafo, e também, segundo Rolnik, um antropófago.

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades do seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago. (ROLNIK, 2007, p. 23)

Os processos de produção de vida e de mundo se dão pelos sentidos que atribuímos a eles. O real vivido é validado por nós por meio das afetações, que constituem a realidade de como pensamos, somos e agimos. A proposta não prevê a objetificação das pesquisadas, despidendo-se da verticalidade de produção a partir de uma superioridade de olhar acadêmico de análise. Nada é estanque na produção das vidas e dos mundos, mas processual. Não há começos e nem fins, mas caminhos. Não há qualquer tentativa de enquadramento ou formatação do que é intrinsecamente processual, que

não perca as amálgamas, as ligações imbricadas, as conexões diversas, o rizoma apresentado por Deleuze e Guattari.

Um rizoma não começa, nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nessa conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (...) É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 37)

Nas conexões “e” desses processos rizomáticos, em que os corpos vibráteis potencializam os encontros, o sentimental proposto por Rolnik, está longe de significar sentimentalismos, mas traz no seu significado as relações de afeto, o estado de ser afetado por alguém, alguma causa, pelo território, pelo mundo.

A metodologia cartográfica não pressupõe um objeto, mas investiga um processo em produção, com a mobilidade necessária para que se faça possível a criação dessa nova imagem da população pesquisada, o que será desenvolvido por meio dos diversos platôs.

A cartografia constrói-se a partir das afetações do cartógrafo/pesquisador. Nessa construção, as fontes depoentes são fundamentais, uma vez que os múltiplos discursos é que validam e legitimam as narrativas. O movimento da viagem, na busca do sentido de vida, permite-nos construir protocolos, links e conexões possíveis por meio da cartografia, buscando mostrar o que é visível somente ao sensível, segundo Rolnik (2007). A cartografia sentimental constrói-se pela investigação sobre os processos de significação de sentido dos eixos ordenadores, das descobertas de novas redes de conexão, do sentido da trajetória. A pesquisa cartográfica é teórico-pragmático-poética. “Não há senão palavras inexatas, para designar algo exatamente” (DELEUZE & GUATTARI, 1995). Segundo Moreira,

A experiência que se vive é como se fosse uma correnteza que avassala a vida dos participantes do projeto e que não cabe em tubos de ensaio. A força das águas, mais que sua composição química, nesse contexto correnteza, é o que nos impulsiona, pois é água viva repleta de movimentos e conexões; rio, movimento que alarga o leito margem afora, mesmo que o rio analisado possa ter o leito acidentado em maior ou menor intensidade, que os considerados “normais”. Muitos rios, que por anos foram estancados e tiveram suas águas represadas, podem dar vazão à sua expressividade (...), sem que isso signifique falta de direcionamento, pois o próprio leito funciona como um canalizador das águas da nascente que tornará correnteza. Nos terrenos mais acidentados é que nascem as cachoeiras, só neles. (MOREIRA, 2014, p. 38)

A palavra recordar é composta pelo prefixo “re”, fazer de novo o movimento, acrescido de “cordis”, relativo ao coração. Portanto recordar é colocar de novo no coração. O processo de recor-

dar faz com que as fontes rememorem, revivam as emoções, os afetos, as implicações, na busca de novos sentidos. Assim, a construção do conhecimento singular desta pesquisa se dá por meio desta proposta apresentada, com o intuito de revelar vistas de pontos e colaborar com a população de travestis e mulheres transexuais, a fim de contribuir com futuros pesquisadores, com a pesquisa científica e com a Academia.

### **É Babado, Kyrida!: um programa de travestis para travestis**

“É Babado, Kyrida!” foi o nome escolhido para os podcasts, que possuem formato de revistas eletrônicas. Considerando a webrádio como ponto de convergência entre o rádio tradicional e a internet, as T do coletivo ElityTrans se apropriaram da nova tecnologia, priorizando a fluidez da comunicação dos movimentos sociais e interação ativa do público afetado.

Os podcasts revelam os pontos de vista da população T sobre o mundo, na abordagem das mais variadas pautas. De maneira participativa e democrática os programas foram criados, desde os gêneros e formatos jornalísticos, a veiculação radiofônica, em parceria com a emissora web Rádio Alma Londrina (<https://almalondrina.com.br/programas/babado-kyrida/>). Nesses processos do fazer comunicação de forma popular, comunitária, democrática e participativa, é fundamental o “fazer com”, vigiando-se sempre com relação à herança colonizadora, neoliberal e um tanto fascista, do “fazer por” ou do “fazer para”.

Os podcasts foram compostos por diversos quadros e músicas. O quadro de esclarecimentos sobre assuntos relativos à população de homens e mulheres transexuais e travestis, recebeu o nome de “É bafo, Mona”. O quadro de denúncias da população trans, foi batizado de “Bota a Cara no Sol”. As dicas foram intituladas por “Almanaka”. Já a língua Pajubá, traduzida para a população, levou o nome de “Nossa Língua Pajubá”. O “Minuto Trans”, trouxe depoimentos sobre os processos de transformação do corpo e da vida de uma pessoa travesti e transexual. Histórias da vida real foram transformadas em radionovela, no quadro “O Exagero de La Piele”. “Sarau no ar” revelou a produção poética trans. As enquetes receberam o nome “Da esquina”, e a entrevista chamou-se “Aquenda”.

Nos treze podcasts produzidos, as pautas discutidas sempre foram combativas e deram visibilidade aos pontos de vista das travestis e mulheres transexuais, na construção de uma sociedade plural e diversa. Todos os podcasts contam com trilha sonora, preferencialmente, de artistas da comunidade LGBTIA+, que tragam as discussões debatidas nas letras das canções, compondo assim a mensagem desejada pelas produtoras. Abaixo, relaciono as datas de veiculação dos programas, tema central e seus conteúdos:

- Desabrocha o primeiro programa do É Babado, Kyrida!: veiculado em 19 de junho de 2018, o podcast de estreia tratou da história do início do movimento LGBT e da importância do protagonismo travesti nesse processo; da falta de respeito ao nome social nos atendimentos das unidades básicas de saúde e os desafios na garantia do direito ao nome social;
- O segundo programa chegou cheio de Pajubá: foi ao ar 03 de julho de 2018 e comemorou e problematizou a retirada da Transexualidade como doença mental no novo caderno CID-11 (Código Internacional de Doenças), da Organização Mundial da Saúde (OMS); traduziu alguns verbetes do Pajubá e apresentou uma história do processo de transição de uma jovem travesti;
- Exageros à flor da pele, com drama, cultura e humor: datado de 17 de julho de 2018, o programa levou ao uma radionovela T, que questionava os violentos sacrifícios, que muitas vezes se faz para atender os padrões do cliente/parceiro; além de um sarau poético;
- Política artística, do escândalo, da existência: foi ao ar em 31 de julho de 2018, trata a Saúde Integral e Direitos, acompanhado de uma enquete sobre a compreensão que a população tem sobre saúde;
- Direitos, respeito e percalços em pauta: veiculado em 13 de agosto de 2018, trouxe como conteúdo um panorama geral dos direitos das travestis e pessoas trans, inclusive na educação formal; uma abordagem sobre os direitos reprodutivos, e as dificuldades de uma pessoa não binária;
- Paradas do orgulho LGBTI+: publicado em 29 de agosto de 2018, abordou as Paradas LGBTI+, debatendo a importância da criação da Parada do Orgulho Trans, além de ter apresentado um depoimento sobre descoberta e processo de transicionamento;
- Cultura trans e protagonismo: datado de 10 de setembro de 2018, apresentou a arte como forma de resistir, e trouxe ao público mais um capítulo da radionovela, além de uma experiência do Transarau, originado no Cursinho Popular TransFormação, da cidade de São Paulo, que originou o livro Antologia Trans;
- Como assim você é hétero?: veiculado em 25 de setembro de 2018, o programa questionou os imperativos heteronormativos e apresentou uma entrevista com a presidenta da Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA);
- Escola e corações partidos: foi ao ar em 20 de novembro de 2018, debatendo a política na educação da “Escola sem Partido” e a “Ideologia de Gênero”;
- Para além da família tradicional: veiculado em 4 de dezembro de 2018, o décimo programa trouxe Família, Gênero e Amor como temáticas, para além dos conceitos da família nuclear, considerada tradicional;

- Estamos de volta, bebê!: foi publicado em 24 de maio de 2019, em que as locutoras relataram a participação no II Simpósio Internacional de Narrativas de Gênero e Política, que aconteceu em Belo Horizonte; além da apresentação na Reunião Nacional dos Observatórios de Pesquisa e Educação e em Saúde, em São Paulo, onde também tiveram a oportunidade de participar da gravação do Especial de Natal do Cultura Livre, com as cantoras com Liniker, Xênia França e Letrux;
- Megg Rayara: travesti, negra e doutora: veiculado em 19 de junho de 2019, o podcast entrevistou a primeira travesti negra a obter o título de doutora pela Universidade Federal do Paraná, Megg Rayara Gomes de Oliveira;
- Especial Juhlia Santos: marca a última vez eu o programa foi ao ar, em 4 de julho de 2019. O programa foi um especial com a atriz, travesti, negra, militante de movimentos sociais, produtora cultural, da cidade de Belo Horizonte, Juhlia Santos. Entre tantas temáticas, destacou-se a importância do transfeminismo e da dororidade.

Como pode-se perceber, os programas foram realizados na cidade de Londrina, porém trata de pautas de interesse nacional, o que leva a produção buscar como fontes as lideranças, ativistas e estudiosos de todo país, tornando-se uma referência contra-hegemônica de comunicação para a população T.

### **Midiatravismo: travestis e transexuais protagonistas da comunicação cidadã**

Os processos comunicacionais criados junto ao Coletivo ElityTrans revelaram a importância da comunicação popular e comunitária como dispositivo de emancipação e cidadania. A acessibilidade e disponibilização das tecnologias, formatos, técnicas, veículos e parcerias, estimularam a participação de forma democráticas. Em toda construção coletiva pudemos observar aspectos da comunicação popular, a partir do movimento social das travestis e mulheres transexuais, na luta por direitos e emancipações das subalternizações impostas. Segundo Peruzzo:

Quando se fala em comunicação popular, parece claro, à primeira vista, que se trata de uma comunicação do povo. Mas o adjetivo “popular” abrange uma multiplicidade de significados diferentes, sendo consensual apenas que tem a ver com “povo”. Assim, é da definição de “povo” que se parte para explicitar o que é “popular”, embora essa categoria encerre a mesma problemática, podendo ser compreendida de várias maneiras.

(...) A maioria dos estudos da comunicação popular, na perspectiva dos movimentos sociais, parte do pressuposto de que povo são as classes subalternas, submissas, econômica e politicamente, às classes dominantes. (PERUZZO, 1998, p. 116/117)

As participantes do Coletivo ElityTrans construíram disrupturas discursivas e produziram novas possibilidades de narrativas e comunicação por meio dos podcasts produzidos. Processos de

des-silenciamentos romperam as lógicas dominantes capitalísticas colonizadoras, contribuindo para uma comunicação emancipadora das T.

Ela encerra uma crítica da realidade e um anseio de emancipação, na luta por uma sociedade justa. Como produto de uma situação concreta, seu conteúdo, nos últimos anos, é essencialmente configurado por denúncias de condições reais de vida, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo coletivo etc. (PERUZZO, 1998, p. 125)

Aspectos comunitários também são localizáveis na produção radiofônica desenvolvida, o que caracteriza “uma importante alternativa para se contrapor ao monopólio midiático imposto pelas grandes corporações nacionais e internacionais de comunicação” MIANI (2006). Estas disrupturas subversivas aos modos capitalísticos de produção midiática das grandes corporações, geraram outros sentidos e pertencimentos às participantes, a partir de processos contra-hegemônicos ao mercado, que atribuem valor de troca à comunicação.

De maneira mais decisiva, a contribuição da comunicação comunitária ao processo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação se efetiva no momento mesmo em que possibilita uma ruptura com a concepção e o modo de fazer comunicação das grandes empresas do setor, que configuram o monopólio midiático.

As experiências comunicativas derivadas de uma comunidade se desenvolvem a partir de valores e objetivos que rompem, na sua grande maioria, com a natureza restrita do produto comunicativo imposto pelas corporações midiáticas, tomado como mercadoria dotada essencialmente de valor de troca. Na comunicação comunitária, o valor de uso é reabsorvido e ganha novos sentidos e contornos na dinâmica da produção e circulação de informações entre os integrantes de uma determinada comunidade. (MIANI, 2016, p. 230)

A participação como propulsora da comunicação cidadã, midiativista, midialivrista, radical, emancipadora, independente, alternativa, entre outras denominações que podemos encontrar, tem no cerne de sua produção formas contra-hegemônicas de resistir e criar outros mundos possíveis. Porém, nenhuma nomenclatura pareceu-me adequada a este tipo de comunicação, que apresenta aspectos tão específicos de produção e militância. Desta forma, emprestando conceitos de comunicação emancipadora já citados, apresento um novo conceito: o Midiatravismo.

Este novo conceito abre novas possibilidades de protagonismo à população de travestis e mulheres e homens trans, numa apropriação dos meios, para disrupturas discursivas de resistência, possibilitando que elas falem por si mesmas, sem interferência de editores, ou sem as marcas estigmatizadoras que as mídias produzem sobre suas vidas.

Ao trazer para a cena seus lugares de fala, a partir das realidades vividas e da estética dos seus viveres, o Midiatravismo apresenta-se como um movimento de desconstrução de velhos mundos, para o surgimento dos novos potentes mundos, amplos de significados, em que todos os corpos caibam e sejam contemplados por políticas públicas e uma vida digna.

O Midiatravismo revela-se um dispositivo de comunicação, possibilitando acessos, participações, produções e veiculações insurgentes, para que travestis e mulheres e homens transexuais possam proclamar suas existências, a beleza de suas vidas, dos seus lugares de pertencimento e de suas existências únicas, plurais, diversas; que possam reivindicar a garantia de seus mais amplos direitos e, principalmente, o seu direito à vidas plenas e vivíveis, a partir de sua potências, e não de suas vulnerabilizações.

O novo conceito potencializa a vida e não as violências enfrentadas, os genocídios instaurados, as necropolíticas em curso. O midiatravismo visa potencializar a comunicação como direito, como força propulsora de enfrentamento às abjeções sofridas, deslocando o lugar da vida precária resistente. Objetiva a quebra dos padrões capitalísticos mercadológicos comunicacionais, para democratização dos meios e conquista de espaços de disputa igualitária com produções consideradas hegemônicas, sem a intencionalidades de performatizações de auto sacrifícios ou a fetichizações da pobreza e da violência, mas, ao contrário, encontrar na comunicação cidadã uma aliada na potencialização da vida T.

#### **Por hora, as últimas considerações**

Os podcasts é Babado. Kyrida! foram produzidos no decorrer do ano de 2017, tendo sua estreia no dia 16 de junho de 2018. Foram 13 edições, que descontinuaram a partir do dia 04 de julho de 2019. A desarticulação da produção dos podcasts tiveram relação direta às demandas sociais emergentes ocasionadas por governos de extrema direita que assumiram o poder, o que afetou o movimento social e as participantes, em processos emergenciais de sobrevivência e estratégias políticas outras. Aspectos emocionais e de saúde mental também foram sentidos e interferiram nos processos. Na última reunião para avaliação das produções e definição se continuaríamos com o projeto, decidimos que toda produção que havia sido criada visando chegar ao público mais amplo, deveria agora entrar num processo de cuidado das próprias protagonistas. Até o momento não houve demonstração de interesse por elas de voltarem com o projeto.

Os processos comunicacionais emancipadores foram denominados de Midiatravismo, possibilitando que travestis e mulheres transexuais protagonizassem modos insurgentes de discursividades cidadãs, ativismos políticos, modos de resistência e continuidade de luta por conquista de direitos e espaços, na disputa midiática de narrativas. O novo conceito de produção contra-hegemônica, subverte as lógicas capitalísticas de produção da comunicação como mercadoria. Os podcasts contribuíram para o deslocando estigmas, calcados nos preceitos da comunicação popular, comunitária e cidadã, experienciada em suas bases democráticas e participativas.

O protagonismo T como produtoras de pontos de vista importantes sobre as realidades sociais plurais, revelou narrativas insurgentes de resistência. As produções foram e são importantes con-

tributos para a ocupação das travestis e mulheres transexuais, também no meio acadêmico, ainda que de modo incipiente, a partir da validação da verdade de seus saberes militantes, vivenciados na própria pele.

Muitas foram os resultados e repercussões possíveis de mensuração nesta pesquisa. Espaços na mídia foram conquistados, por meio de entrevistas, em programas especializados em cultura, gênero e comunicação. Artigos e resumos expandidos, com apresentação de trabalhos em diversos congressos nacionais e internacionais, sendo que em alguns deles, os artigos foram produzidos coletivamente com as T, que assinaram como co-autoras dos trabalhos. Muitas palestras foram realizadas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), como também em outros espaços relativos à saúde, gênero e comunicação, possibilitando a divulgação dos conteúdos e a resistência do ElityTrans e do projeto. Apresentamos os resultados em São Paulo, na reunião do Observatório Nacional de Políticas públicas e Educação em Saúde. O projeto inspirou diversos trabalhos acadêmicos de graduação em fotografia, audiovisual design e comunicação popular e comunitária, como também foi tema de dois trabalhos de conclusão de curso, específicos sobre a temática. Uma monografia da pós-graduação em Comunicação Popular e Comunitária teve inspiração no projeto junto às T. Durante o período de produção dos podcasts, foram criados canais de comunicação também no Facebook e no Instagram, para disseminação dos conteúdos e bastidores da produção. O projeto de extensão também inspirou um projeto de pesquisa sobre contranarrativas insurgentes da população T denominado “Contranarrativas radicais produzidas por homens e mulheres Transexuais e Travestis: a construção de novos sentidos, a partir de meios de comunicação contra-hegemônicos, populares, comunitários, democráticos e participativos”.

O midiatravismo possibilitou que as bocas dos corpos decoloniais pudessem falar por si mesmas. As disrupturas discursivas instauram novos modos de existências coloridas, diversas e plurais. Esta forma subversiva de mídia participativa, tem o papel fundamental de denunciar os terrorismos sexistas, feminicistas, classistas, machistas, racistas, lgbtqia+fóbicos, transfóbicos, coloniais.

Após a descontinuidade da produção dos podcasts *É Babado, Kyrida!*, as travestis e mulheres trans mais novas fundaram outro coletivo denominado Frente Trans Londrina. Durante a pandemia elas tem produzido lives, se apropriando das técnicas comunicacionais por elas mesmas, sem a interferência da academia. As ações do Coletivo ElityTrans no período de pandemia se voltaram a cuidados com a população T, na distribuição de cestas básicas e outros cuidados, já que o trabalho da prostituição, nos qual a maioria das travestis e transexuais sobrevivem, foi totalmente afetado pelo protocolos sanitários e pelo isolamento social devido ao coronavírus e Covid-19. No dia 17 de maio de 2021 – Dia Internacional de Combate à Homofobia, Bifobia e Transfobia, esses coletivos

juntaram-se a outros e realizaram uma intervenção de comunicação radical nas ruas do centro da cidade, com a pintura da bandeira do orgulho trans e do orgulho LGBTIA+, num importante cruzamento do centro da cidade. Como podemos perceber, os processos de comunicação midiatravistas gerados pelo ElityTrans e pelo programa É Babado, Kyrida!, transbordaram e dispararam outros processos, com novas características, para além do projeto de extensão e da universidade, com a apropriação e a autonomia dos próprios movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. **Corpos que Importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2020.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol 1. São Paulo: Ed. 34, 2005.

GREEN, J. & POLITO, R. **Frescos Trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MERHY, E.E. **O conhecer militante no sujeito implicado**: o desafio em reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, PERES, FOSCHIERA et alls. *Acolher Chapecó: uma experiência de mudança do modelo assistencial, como base no processo de trabalho*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MIANI, R. A. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, 2011.

MOREIRA, R. **A comunicação como dispositivo terapeutizante**: mais mediação, menos medicinação. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2007.